

Desenvolvimento de rede de ações para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no município de São Carlos

Silvana Salomão - UFSCar
Angela Paula Simonelli - UFSCar
João Alberto Camarotto - UFSCar
Reynaldo Norton Sorbille - UFSCar

Abstract

There is an estimate that 22.400 people in the municipal district of São Carlos have some form of physical, mental, social, or multiple disability. From this estimate, approximately 50% belong to the active working class. Based on data acquired from the Regional Work Division in São Carlos, only 48,7% of existing jobs offered for people with disabilities have been filled in up to april of 2006. Despite the validity of law no. 8.213/91 (24/07/1991), known as Law of Quotas, there has been need of joint actions among all of those socially involved in the inclusion of this specific population into the labour market: employers, workers, public power and teaching establishments. Therefore the aim of this article is shows a project to implement a network of actions for the inclusion of this population into the labour market of São Carlos, by means of a partnership between the Universidade Federal de São Carlos, the Regional Work Division and the Municipal City Hall. It is characterized as a trial project and aims to put into effect a protected system of managerial information, the creation of professional qualification programs, analysis of professional tasks and skills within the population, development of technological aids, intermediation of job offers and business elaboration.

Key-words: Disability, Inclusion, Work, Qualification

Resumo

A estimativa para pessoas com deficiência no município de São Carlos é de 22.400 pessoas. Do total, cerca de 50% se encontram na faixa da População Economicamente Ativa. Segundo dados da Delegacia Regional do Trabalho em São Carlos, apenas 48,7% das vagas de emprego existentes para pessoas com deficiências foram preenchidas até abril de 2006. Apesar da vigência da lei nº 8.213/91 (24/07/1991), conhecida como Lei de Cotas, verifica-se a necessidade de ações conjuntas entre todos os atores sociais envolvidos na inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho: empregadores, trabalhadores, poder público e instituições de ensino. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar um projeto para implementar uma rede de ações para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho de São Carlos, através da parceria da Universidade Federal de São Carlos, Delegacia Regional do Trabalho e Prefeitura Municipal. Caracteriza-se como um projeto piloto e visa como resultados a efetivação de um sistema de informação gerencial protegido, criação de programas de qualificação profissional, análises das tarefas profissionais e habilidades da

pessoa com deficiência, desenvolvimento de tecnologias assistivas, intermediação de vagas de emprego e incubação de negócios.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência, Inclusão, Trabalho, Capacitação.

1. Introdução

No mundo todo, existem, aproximadamente, nove milhões de pessoas com deficiência que estão em idade de trabalhar, das quais, um milhão (11,1%) exercem alguma atividade remunerada e duzentas mil (2,2%) são empregados com registro em carteira de trabalho (SASSAKI, 1997).

Atualmente, no Brasil, já existe um grande número de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho, devido a implantações de leis que beneficiaram a sua inserção laboral, tais como, a Lei 8112/90, que assegura o direito de inscrição às pessoas com deficiência em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência, a bem como, Lei 8.213/91, que impõe um percentual de contratação às empresas, de acordo com o número de empregados.

Contudo, a necessidade de manter-se empregado a qualquer custo produz situações de trabalho repletas de resignação e impossibilidade de mudanças, fazendo com que as pessoas se submetam muitas vezes a condições de trabalho que podem afetar seu estado de saúde. Além disso, a falta de condições ergonômicas nos postos de trabalho pode até limitar ou extinguir as potencialidades destas pessoas, seja para o trabalho ou para as atividades de vida diária e de lazer (NASCIMENTO E MORAES, 2000).

Apesar de todos os avanços tecnológicos e evolução dos estudos ergonômicos, ainda é possível verificar a grande dificuldade de inserção das pessoas com deficiência. Neste contexto, todo esforço voltado à adaptação do trabalho ao homem, contribui para a construção de um futuro em que a acessibilidade, oportunidade de trabalho e qualidade de vida chegarão para todos.

Desta forma, o objetivo deste artigo é apresentar um projeto, articulado no município de São Carlos, interior do estado de São Paulo, voltado para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Para tanto, serão apresentados, a seguir, a síntese da bibliografia utilizada para o desenvolvimento do projeto, a descrição de sua proposta, sua metodologia e métodos e, por fim, os resultados esperados.

2. Síntese da bibliografia fundamental

Além das pessoas que apresentam deficiências congênitas (deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiências múltiplas), a cada dia quinhentos brasileiros se tornam deficientes. Trata-se de um universo expressivo de pessoas. Vários fatores fazem com que esse número seja elevado, incluindo o fato de que estamos entre os países com maiores índices de acidentes de trabalho e de violência urbana, o que contribui para o aumento do número de jovens com deficiência (ROCHA, 1999).

Em 1993, as Organizações das Nações Unidas apresentou a publicação “Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência”, estabelecendo para os países

membros, a responsabilidade pela educação de pessoas com deficiência em ambiente inclusivo, particularmente no campo do emprego.

Apesar disso, existem no mundo todo cerca de nove milhões de pessoas com deficiência que estão em idade de trabalhar, das quais, apenas um milhão (11,1%) exercem alguma atividade remunerada e duzentos mil (2,2%) são empregados com registro em carteira de trabalho (SASSAKI, 1997).

No atual panorama do mercado de trabalho brasileiro, já existe um grande número de pessoas com deficiência física inseridas no mercado de trabalho, devido a implantações de leis que beneficiaram a sua inserção laboral, tais como, a Lei 8.213/91, que impõe um percentual de contratação às empresas, de acordo com o número de empregados, bem como, a Lei 8112/90, que assegura o direito de inscrição às pessoas com deficiência em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência.

No município de São Carlos, segundo dados da Delegacia Regional do Trabalho, apenas 48,7% das vagas de emprego existentes para pessoas com deficiências foram preenchidas até abril de 2006.

Além do baixo número de adesão, a necessidade de manter-se empregado a qualquer custo produz situações de trabalho repletas de resignação e impossibilidade de mudanças, fazendo com que as pessoas se submetam muitas vezes a condições de trabalho que podem afetar seu estado de saúde. Além disso, a falta de condições ergonômicas nos postos de trabalho pode até limitar ou extinguir as potencialidades destas pessoas, seja para o trabalho ou para as atividades de vida diária e de lazer (NASCIMENTO E MORAES, 2000).

A ergonomia em suas aplicações práticas direcionadas às pessoas com deficiência vem sendo desenvolvidas em três grandes áreas, nas quais destacam-se: o desenvolvimento de tecnologias assistivas, a elaboração de metodologias voltadas à inserção laboral e as adaptações nos postos de trabalho.

Segundo Tortosa (1997), os postos de trabalho das pessoas com deficiência devem permitir ou facilitar o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades individuais, evitando também a progressão de deficiências que já existem e/ou a aparição de outras novas.

Esta é uma área que ainda há muito em que se desenvolver, principalmente quando forem disponibilizados dados sobre as pessoas com deficiência, que incluem: as medidas antropométricas, capacidades de alcance, áreas de amplitude de movimento articular, força muscular, campo visual, entre outros. Entretanto, de acordo com Bradtmiller e Annis (1997), para isso acontecer ainda deverão ser estabelecidos importantes parâmetros de pesquisa, tais como: a seleção de uma população alvo; o estabelecimento de uma estratégia de amostragem; a seleção e definição de variáveis a serem medidas; o estabelecimento e testes de técnicas de medição e a determinação de erros de medidas permitidas para cada variável.

Segundo Neto (2004), na literatura são poucos os trabalhos científicos que apresentam estudos ou metodologias ergonômicas que falem sobre a adaptação de postos de trabalho às pessoas com deficiência. No Brasil, ainda são poucos os centros especializados no desenvolvimento de tecnologias assistivas, um dos mais conhecidos centros é a Rede de Hospitais Sarah Kubitschek, tendo sua sede principal localizada na cidade de Brasília.

Apesar de todos os avanços tecnológicos e evolução dos estudos ergonômicos, ainda são grandes dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência. Porém todo esforço em prol de “adaptar o trabalho ao homem”, demonstrado através dos poucos estudos e pesquisas sobre o cenário de dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam, contribui para a

construção de um futuro em que a acessibilidade, oportunidade de trabalho e qualidade de vida chegarão para todos (NETO, 2004).

3. O Projeto

O objetivo deste projeto é desenvolver uma rede de ações para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho do município de São Carlos, através da parceria da Universidade Federal de São Carlos, Delegacia Regional do Trabalho e Prefeitura Municipal.

Da Universidade Federal de São Carlos, participarão o Departamento de Engenharia de Produção – *DEP*, o Departamento de Terapia Ocupacional – *DTO* e o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – *PPGEE*. Da Prefeitura Municipal de São Carlos, estarão envolvidos a Divisão Municipal de Balcão de Empregos – *DMBE*, a Divisão Municipal Tecnológica aplicada ao Desenvolvimento Social – *DMTDS*, ambas pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia – *SMDS*; a Secretaria Municipal de Saúde – *SMS*; a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – *SMEC* e a Fundação Educacional de São Carlos – *FESC*. Além destes, também é parceira a Delegacia Regional do Trabalho – *DRT*. Esse projeto contempla nove etapas que estão descritas abaixo e que serão executadas no período de 24 meses, a partir de agosto de 2006.

Abaixo, a figura 1, apresentada abaixo, mostra a rede de ações proposta pelo projeto, com suas etapas e os responsáveis por cada uma delas.

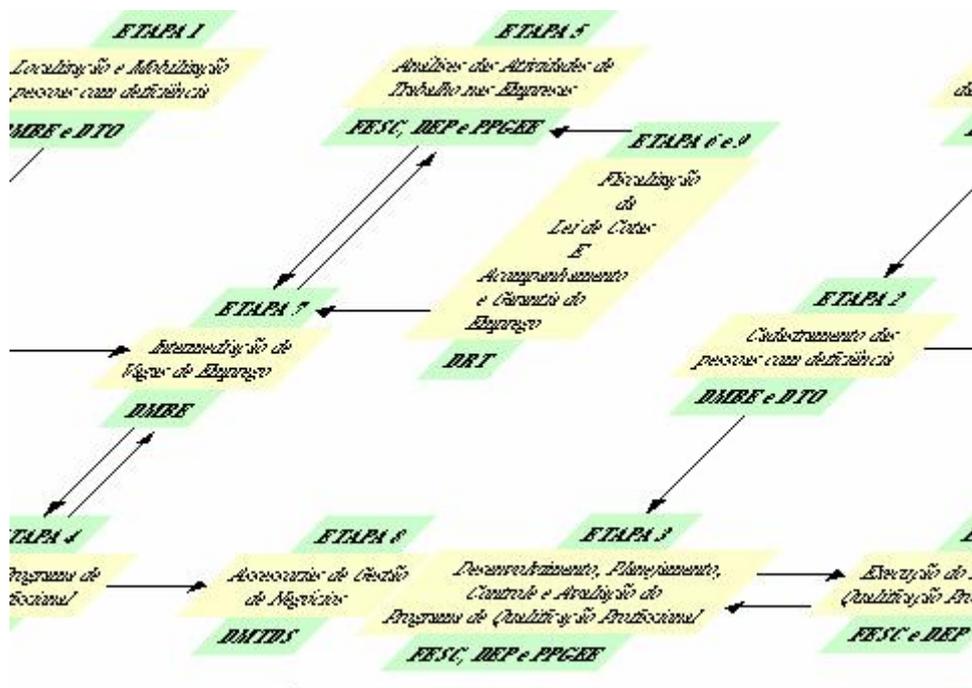


Figura 1 - Rede de ações para inclusão de pessoas com deficiência

A primeira etapa do projeto, intitulada localização e mobilização da população de pessoas com deficiência, consiste em localizar e mobilizar a população de pessoas com deficiência, que estejam incluídas na População Economicamente Ativa do município de São Carlos, a

participarem do processo de intermediação pública de vagas de emprego para pessoas com deficiência.

Orientada pela DMBE e pelo DTO, esta etapa será realizada através de contatos diretos com representantes dos seguintes segmentos:

- a) Entidades que trabalham junto às pessoas com deficiência: representantes destas instituições serão entrevistados, através de visitas agendadas, por profissionais da DMBE e do DTO. O projeto será apresentado nestas visitas, onde, também serão coletadas informações sobre as entidades, seu público alvo e as ações de inclusão do deficiente no mercado de trabalho. As pessoas com deficiência vinculadas a estas entidades serão informadas sobre o cadastro municipal e orientadas sobre o processo de intermediação pública de vagas de emprego para pessoas com deficiência;
- b) Comunidade em geral: a mobilização da comunidade será feita através de chamamentos públicos em veículos de comunicação locais como as estações de rádio, a TV e Jornais. Também será utilizada comunicação visual impressa, como cartazes e filipetas, que serão distribuídos nos aparelhos públicos do município: centros comunitários, escolas municipais e estaduais, universidades, hospitais, postos de saúde, creches, dentre outros;
- c) Secretaria Municipal da Saúde - SMS: além de estimular a divulgação do projeto nas suas unidades de atendimento, a SMS, através dos agentes do Programa de Saúde na Família, que atualmente atende a 10% da população do município, informará a comunidade atendida sobre o projeto. Os agentes de saúde na família serão orientados anteriormente sobre o projeto;
- d) Secretaria Municipal de Educação e Cultura: serão realizadas reuniões com diretores e professores da rede municipal de ensino para apresentação do projeto, além da divulgação do projeto nas suas unidades de atendimento.

Na segunda etapa, cadastramento das pessoas com deficiência, será utilizado o SIGAE – Sistema de Gestão das Ações de Emprego, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e que a partir de agosto de 2006 estará instalado junto à Divisão Municipal de Balcão de Empregos.

Além do cadastro realizado na DMBE, serão também realizados cadastros em outras localidades, caso haja problemas de locomoção. Essa etapa será realizada pela DMBE e pelo DTO.

Por se tratar de um projeto piloto, a terceira etapa, intitulada desenvolvimento, planejamento, controle e avaliação do programa de qualificação profissional, irá contemplar temas de formação cidadã, ou seja, temas que visem oferecer uma visão global do mercado de trabalho, o funcionamento das suas organizações bem como orientações de como realizar uma entrevista visando emprego. Espera-se com esta etapa fornecer ferramentas para as pessoas com deficiência melhorarem suas condições de inserção no mercado de trabalho ou iniciar uma atividade produtiva de forma autônoma.

Essa etapa será realizada em parceria pela FESC, DEP e do PPGEE.

A partir do desenvolvimento e planejamento do programa de qualificação, a sua execução, quarta etapa do projeto, será feita por profissionais contratados e orientados pela FESC.

A quinta etapa será a das análises das atividades de trabalho nas empresas e será realizada pelo DEP e pelo DTO. Esta etapa consiste em analisar as atividades de trabalho existentes nas empresas, apontando as habilidades profissionais necessárias, os tipos de deficiências

possíveis de serem incluídas, as necessidades de adequações ergonômicas e de tecnologias assistivas.

Por se tratar de um projeto piloto, será escolhida uma amostra de empresas a partir das informações da Delegacia Regional do Trabalho.

A sexta etapa será a de fiscalização do cumprimento da Lei de Cotas, realizada de forma contínua pela DRT, que contará com este projeto na orientação realizada junto às empresas do município.

Como sétima etapa, teremos a intermediação de pessoas com deficiência para vagas de emprego, realizada de forma contínua pelo Balcão de Empregos.

A oitava etapa consiste em assessorias de gestão empresarial oferecida aos trabalhadores autônomos. Será realizada pela Divisão Municipal Tecnológica Aplicada ao Desenvolvimento Social e consiste em orientações e informações à pessoa com deficiência acerca do trabalho autônomo, implicando no gerenciamento de um empreendimento de forma individual ou coletiva.

Por fim, a nona etapa de acompanhamento e garantia do emprego, de responsabilidade da DRT, que realizará o acompanhamento da população empregada e orientará as empresas na colocação de novas pessoas com deficiência.

4. Metodologia e métodos

Esse projeto se caracteriza como um projeto piloto de inserção das pessoas com deficiência no trabalho com: estudo da incapacidade, caracterização populacional, qualificação profissional, análise das atividades de trabalho nas empresas e sistema de acompanhamento do emprego. Não se espera com este projeto, esgotar as demandas de cursos de qualificação ou de análises das empresas, por exemplo. Pelo contrário, o que se intenta é dar início às atividades integradas de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, iniciando com as análises das atividades de trabalho em dez empresas, o que significa 19,6 % das empresas com obrigação legal de contratação de pessoas com deficiência, no município de São Carlos e com a oferta de cem vagas para dois cursos de qualificação que primam pela formação cidadã, isto é, aquela que oferece conhecimentos generalistas capazes de melhorar as condições de inserção ou reinserção do trabalhador com deficiência no mercado de trabalho.

O primeiro passo no desenvolvimento desse projeto foi a escolha da população-alvo: pessoas com deficiência inseridas na população economicamente ativa, ou seja, aproximadamente metade do total deste segmento, cerca de onze mil e duzentas pessoas.

Os mecanismos gerenciais deste projeto estão descritos abaixo com seus respectivos responsáveis e optou-se pela utilização dos seguintes métodos:

- a) Pesquisa Populacional: realizada pelo DTO e pela PMSC, através da Divisão Municipal de Balcão de Empregos onde serão diagnosticados e caracterizados o perfil pessoal e profissional das pessoas com deficiência (caracterizado pela escolaridade formal, faixa etária, gênero, histórico profissional, tipo de deficiência, grau de autonomia, tipo de transporte demandado, utilização ou necessidade de utilização de tecnologias assistivas, habilidades e limitações físicas, sensoriais, motoras e cognitivas, e capacidade laboral dessas pessoas) e o perfil das instituições de assistência e reabilitação às pessoas com deficiência na cidade de São Carlos. Para o cadastro das pessoas com deficiência será utilizado o sistema de gestão SIGAE e para a caracterização das instituições serão

realizadas entrevistas com os seus responsáveis, abordando os dados da instituição, o público alvo, a equipe, as atividades desenvolvidas, a acessibilidade e questões relativas à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho;

- b) Projeto de Produtos e Processos: realizado pelo DTO, onde ocorrerá o desenvolvimento e adaptações de tecnologias assistivas;
- c) Análises das Atividades de Trabalho: realizadas pelo DEP e orientadas por instrumentos de coletas de dados já desenvolvidos e validados por Simonelli (2005), aplicados no local de trabalho. Durante a realização das análises serão também investigados os programas existentes nas empresas para a inclusão de pessoas com deficiência;
- d) Programa de Qualificação Profissional: de responsabilidade do PPGEEES, da FESC e do DEP. As principais características deste programa são a estruturação, a forma e o conteúdo programático, que estarão sistematizados em teoria e prática. Para este projeto o programa de qualificação irá contemplar, principalmente, questões administrativas;
- e) Colocação no Trabalho: de responsabilidade do Balcão de Empregos e da Divisão Tecnológica Aplicada ao Desenvolvimento Social. Esta etapa utiliza-se de dois programas: o Programa Emprego Competitivo Tradicional, onde a pessoa com deficiência participará do processo intermediação pública de vagas de emprego, possibilitando a conquista de uma atividade produtiva e remunerada, realizada no mercado de trabalho, que lhe assegurará o exercício de seus direitos e deveres trabalhistas e conseqüentemente sua inclusão na sociedade; e o Programa de Trabalho Autônomo, que consiste em propiciar orientações e informações à pessoa com deficiência acerca do trabalho autônomo, individual ou coletivo, sem vínculo empregatício, implicando no gerenciamento de um pequeno negócio ou empreendimento;
- f) Acompanhamento e garantia do emprego: Nesta etapa a DRT se responsabiliza pelo acompanhamento da população empregada e orienta as empresas na colocação de novas pessoas com deficiência;
- g) Sistematização dos Dados: realizada por toda a equipe de trabalho, possibilitará a difusão das informações sobre o processo de inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho no município de São Carlos para a comunidade acadêmica, através da publicação de seis artigos e tese de doutorado e para a comunidade em geral, através da publicação de uma cartilha informativa.

7. Resultados esperados

Como resultados da implementação dessa rede de ações para inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, espera-se alcançar três impactos: econômicos, tecnológicos e científicos.

No campo econômico, espera-se realizar:

- a) Caracterização populacional;
- b) Cadastro das pessoas com deficiência do município de São Carlos;
- c) Caracterização das instituições de reabilitação e assistência às pessoas com deficiência em São Carlos;
- d) Levantamentos das ações realizadas pelas empresas do município a fim de se enquadrar à Lei de Cotas;

- e) Análise dos postos de trabalho das empresas, através da análise das tarefas profissionais e habilidades das pessoas com deficiência auxiliando as empresas do município na contratação;
- f) Programa de qualificação profissional;
- g) Intermediação de vagas de emprego e incubação de negócios;
- h) Desenvolvimento de uma proposta de rede de ações integradas entre as instituições de reabilitação e assistência às pessoas com deficiência, fundação educacional voltada a qualificação profissional, órgão públicos de intermediação de vagas de emprego e empresas do município de São Carlos, com o objetivo de discutir a viabilidade de uma efetiva implantação;
- i) Rede de informações sobre vagas para deficientes;
- j) Geração de renda para as pessoas com deficiência.

Como impacto científico:

- a) Publicação de artigos nas áreas acadêmicas que se interessam pelo tema abordado;
- b) Desenvolvimento de uma tese de doutorado;
- c) Elaboração de uma cartilha informática sobre a temática da deficiência, para ser distribuída para a população de São Carlos;

Por fim, espera-se alcançar como impacto científico:

- a) Desenvolvimento de tecnologias assistivas tanto para adaptações em postos de trabalho quanto no auxílio à qualificação profissional.

6. Conclusão

Apesar da Lei de Quotas garantir a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, no município de São Carlos apenas 48,7% das vagas de emprego disponíveis para essa população foram preenchidas. Ausência de informações atualizadas sobre as pessoas com deficiência, inadequação dos espaços dos postos de trabalho e falta de qualificação profissional, são alguns dos muitos fatores que justificam essa baixa adesão. Para mudar esse cenário, é necessário implementar ações interdisciplinares que envolva todos os atores relacionados à temática da deficiência. Neste contexto, o projeto apresentado neste artigo torna-se fundamental para amenizar a questão da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Referências Bibliográficas

- BRADTMILLER, B.; ANNIS, J., 1997. *Anthropometry for persons with disabilities: needs for the twenty-first century*. U.S. *Architectural and Transportation Barriers Compliance Board*.
- NASCIMENTO, N.M.; MORAES, R.A.S., 2000. *Fisioterapia nas Empresas*. Rio de Janeiro: Taba Cultural.
- NETO C. F. M. et. al, 2004. Áreas de atuação da ergonomia que contribuem para o processo de inclusão social das pessoas portadoras de deficiência. *Anais ABERGO*, Fortaleza – CE.
- ROCHA, A., 1999. Educação Profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência: Relato, Críticas e Reflexões. Recuperado em 12/11/99. Disponível na internet: www.proweb.com.br/aja/html/artigo.htm.
- SASSAKI, R. K., 1997. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA., 176p.

SIMONELLI, A. P., 2005. Desenvolvimento e sistematização de modelo de análises de tarefas industriais para a inclusão de Portadores de Necessidades Especiais no mercado de Trabalho. *Dissertação de Mestrado*. São Carlos, UFSCar.. Orientação: Prof. Dr. João Alberto Camarotto.

TORTOSA, L. et al, 1997. Ergonomia e discapacidad. Madri: *IMSERSO*.